LENIN E A QUESTÃO NACIONAL E A SUA INFLUÊNCIA AO PENSAMENTO TERCEIRO-MUNDISTA

Luiz Eduardo Motta[1]

RESUMO:

O presente artigo visa mostrar a influência de Lenin no pensamento terceiro mundista que teve um papel significativo nas lutas de libertação nacional na segunda metade do século XX.

PALAVRAS CHAVES:
Lenin; Hernández Arregui; John William Cooke; Fanon; Amilcar Cabral

ABSTRACT:

This article aims to show Lenin's influence on Third World thought, which played a significant role in national liberation struggles in the second half of the 20th century.

KEY WORDS:
Lenin; Hernández Arregui; John William Cooke; Fanon; Amilcar Cabral

[1]Professor do Departamento Ciência Política da UFRJ

Introdução

Nesse centenário da morte de Lenin, o seu pensamento tem sido relegado ao esquecimento diante à pauta da "nova esquerda" pela sua ênfase nas bandeiras de cunho fragmentado ao se restringirem às questões de caráter racial ou de gênero. Lenin, distintamente disso, sempre buscou a articulação de distintas questões relacionadas às contradições políticas e sociais sem cair numa perspectiva reducionista das classes sociais. A política, para Lenin, tem a sua própria complexidade e dinamismo e, por isso, o seu olhar arguto para as questões conjunturais. Nesse aspecto, Lenin conseguiu compreender a questão nacional ao articulá-la às lutas de classes na fase imperialista do capitalismo. Esse artigo tem como escopo mostrar que a os textos de Lenin, na segunda década do século passado, foram fundamentais na construção daquilo que foi denominado de "pensamento terceiro-mundista" que se fez presente nos movimentos de libertação nacional do chamado "Terceiro Mundo" na segunda metade do século passado. Desse modo, a primeira parte do artigo tratará da contribuição de Lenin sobre a questão nacional, enquanto na segunda trataremos dessa influência ao pensamento terceiro-mundista notadamente nos textos de Hernandez Arrégui, John William Cooke, Amílcar Cabral e Fanon.

1) A QUESTÃO NACIONAL NO DEBATE DO MARXISMO REVOLUCIONÁRIO: LENIN E SUA CRÍTICA À ROSA LUXEMBURGO

A questão nacional esteve presente no debate da II Internacional, mas distintamente da querela relacionada à questão do socialismo pela via revolucionária ou reformista, na qual separou os marxistas revolucionários da ala reformista, houve um intenso debate travado entre Lenin e Rosa Luxemburgo acerca dessa problemática.

Com relação à questão nacional, há uma nítida demarcação de posições entre Rosa e Lenin: se na análise de Rosa percebe-se um nítido reducionismo classista, em Lenin há uma percepção da complexidade da questão nacional e da luta nacionalista que ultrapassa o reducionismo classista.

Para Rosa Luxemburgo, a questão nacional eclipsaria a luta de classes, pois, como ela afirma em seu livro *A questão nacional e a autonomia* a respeito da autodeterminação "tal axioma, ou não expressa nem significa absolutamente

nada e é um clichê vazio que não leva a nada, ou implica o dever incondicional dos socialistas a apoiarem todas as tendências nacionais, e neste caso é francamente equivocado (LUXEMBURGO, 1988: 19)".

Para Rosa Luxemburgo é incompatível a articulação das lutas nacionais com a luta de classes. A categoria de "povo" dissolveria os conflitos de classe, pois diluiria esse tipo de conflito por uma falsa unidade. Como ela afirma "numa sociedade de classes, o povo, como um todo social e político homogêneo, não existe, enquanto o que existe em cada nação são as classes sociais com os seus interesses e 'direitos' antagônicos (LUXEMBURGO, 1988: 39)".

Assim sendo, em todas as esferas sociais, incluindo as ciências, as filosofias e as artes, seriam para Rosa Luxemburgo traçadas internamente pelo antagonismo de classes. Portanto, como ela afirma "não podemos falar de uma vontade comum e homogênea, de uma autodeterminação do 'povo', numa sociedade assim constituída (LUXEMBURGO, 1988: 40)".

A autodeterminação dos povos não passaria de uma "metafísica" para Rosa Luxemburgo, e a social-democracia teria como missão não encampar essa forma de luta, mas "o direito da classe operária, da classe explorada e perseguida, o proletariado, à autodeterminação (1988: 43)".

Podemos perceber nessas passagens citadas da obra de Rosa Luxemburgo que além do seu reducionismo classista ao excluir um grande contingente de outras classes sociais como os camponeses e a pequena e média burguesia, há uma limitação em sua análise sobre a questão nacional ao se ater no campo europeu, numa falta de visão acerca das formações sociais colonizadas na África, Ásia e América, já que se tornarão palco de lutas intensas contra o colonialismo e o imperialismo no pós II Grande Guerra. E, nesse aspecto, Lenin foi mais "internacional" em sua análise sobre a questão nacional ao compreender que a luta de libertação nacional fazia parte da luta dos povos e nações oprimidas pelo colonialismo e pelo imperialismo. Isso significa, no olhar de Lenin, que os conflitos internos nas formações sociais colonizadas (ou semicoloniais) não eram redutíveis à contradição burguesia x proletariado, mas sim um conjunto diversificado de contradições articuladas às contradições de classe.

Lenin percebe claramente que modo de produção capitalista tem uma dinâmica própria carregada de contradições específicas e criadoras de novas circunstâncias. Se, por um lado, o Estado nacional foi fundamental para a consolidação do capitalismo (cf. LENIN, 1977: 512), a fase imperialista criou um elo nos quais os Estados capitalistas mais fortes exploravam os Estados mais fracos (Cf.

LENIN, 1977: 640). E esse elo mais fraco dessa cadeia imperialista tornou-se o espaço explosivo para as revoluções de caráter democrático-burguês, ou mesmo socialista (como no caso russo).

Como ele observa: "entre os grandes Estados burgueses se trava uma luta pelo esmagamento rapace de outras nações. (...) Não há duvidas de que a maior parte da Ásia, a parte do mundo mais povoada, se encontra em situação ou de colônias das 'grandes potências' ou de Estados extremamente dependentes e oprimidos nacionalmente (LENIN, 1977: 514)".

O limite de Rosa Luxemburgo, para Lenin, é reduzir a questão da autodeterminação pela sua independência financeira e não perceber que a autodeterminação também é política. Isso fica bem claro nessa passagem: "isto significa que a 'autodeterminação das nações' no programa dos marxistas não pode ter, do ponto de vista histórico-econômico, outro significado que não seja a autodeterminação política, a independência estatal, a formação do Estado nacional (LENIN, 1977: 515)".

Essa nova configuração do capitalismo na fase imperialista conduz a uma nova reflexão no conjunto das relações de forças no plano interno. Isso significa dizer que as rupturas institucionais são constituídas a partir das particularidades de cada formação social. Segundo Lenin "nem sequer se pode pensar que os marxistas de um país concreto abordem o programa nacional sem ter em conta todas estas condições histórico-gerais e as condições estatais concretas. (...) Seria de supor que Rosa Luxemburgo coloca precisamente a questão sobre que época histórica atravessa a Rússia, quais são as particularidades concretas da questão nacional e dos movimentos nacionais do país dado e na época dada (LENIN, 1977: 516)".

Isso mostra, de acordo com Lenin, a ausência em Rosa Luxemburgo de compreender as particularidades da Rússia no início do século XX. Como ele observa "[Rosa] prega com eloquência e severidade a necessidade da análise histórica concreta da questão nacional em diferentes países em tempos diferentes, e não faz a mínima tentativa de determinar qual o estádio histórico de desenvolvimento do capitalismo que a Rússia travessa no início do século XX, quais são as particularidades da questão nacional neste país (LENIN, 1977: 516-517)".

A questão, para Lenin, é que enquanto as formações sociais capitalistas centrais já passaram pela sua revolução democrática burguesa, o mesmo não ocorrera nas formações sociais periféricas como a Rússia, como ele destaca nessa passagem: "e nesta cadeia de acontecimentos só um cego pode deixar de ver o

despertar de toda uma série de movimentos nacionais democrático-burgueses e de aspirações à formação de Estados nacionalmente independentes e nacionalmente homogêneos (LENIN, 1977: 519)".

O olhar de Lenin se dirigia sempre para a correlação de forças internas, e no entendimento de que enquanto as formações sociais capitalistas avançadas poderiam reivindicar a revolução de caráter socialista, o mesmo não se daria nas formações sociais com as suas forças produtivas atrasadas, daí a necessidade conjuntural de uma aliança com os setores burgueses. Porém, isso não significaria que o proletariado ficasse a reboque da burguesia. A política do proletariado na questão nacional (como em outras questões) somente apoiaria a burguesia numa direção determinada, mas nunca coincidiria com a sua política. Isso é bastante enfatizado por Lenin nessa passagem: "A classe operária apoia a burguesia somente no interesse da paz mundial (...), no interesse da igualdade de direitos, no interesse da melhor situação para a luta de classes. Por isso, exatamente contra o praticismo da burguesia, os proletários apresentam uma política de princípios na questão nacional, apoiando sempre a burguesia apenas condicionalmente (LENIN, 1977: 522)". Exemplar disso será a Revolução Chinesa de 1949 cujo programa estará traçado no texto "A nova democracia" de Mao Zedong no qual a Revolução Chinesa a despeito de incorporar a burguesia no processo revolucionário, a condução política ficaria a cargo do Partido Comunista Chinês.

O proletariado, como afirma Lenin, se opõe a tal praticismo burguês, pois ao reconhecer a igualdade dos direitos e o direito igual ao Estado nacional, ele valoriza e coloca acima de tudo a aliança dos proletariados de todas as nações, já que se posiciona pelo ângulo da luta de classe dos operários toda a reivindicação nacional, toda a separação nacional.

Contudo, o apoio à autodeterminação não significa pura e simples o apoio ao nacionalismo burguês. É nessa passagem desse texto de Lenin que a sua influência ao pensamento terceiro-mundista se fará presente em diversos intelectuais dessa corrente de pensamento. Trata-se da distinção entre o nacionalismo das nações opressoras e das nações oprimidas como podemos ver a seguir:

> Na medida em que a burguesia da nação oprimida luta contra a opressora, nessa medida nós somos sempre e em todos os casos e mais decididamente que ninguém a favor, pois nós somos os inimigos mais audazes e consequentes da opressão. Na medida em que a burguesia da nação oprimida defende o seu naciona-

> lismo burguês, nós somos contra. Luta contra os privilégios e as violências da nação opressora e nenhuma tolerância para com a aspiração aos privilégios por parte da nação oprimida. (...) Em todo o nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e é exatamente este conteúdo que nós apoiamos incondicionalmente, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu, etc. (...) Isto é a única política prática e de princípios e que ajuda efetivamente a democracia, a liberdade e a união proletária na questão nacional (LENIN, 1977: 523-524).

Desse modo, para Lenin, não há contradição entre a luta nacional e a luta internacional. O ponto de partida para a revolução se inicia internamente numa formação social específica, e o seu resultado vitorioso se articula com outros processos revolucionários em curso. Como ele observa seria um erro crasso ignorar as tarefas da libertação nacional numa atmosfera de opressão nacional. Há, portanto, o reconhecimento absolutamente aberto do pleno direito de todas as nações à autodeterminação, e, por outro lado, uma exortação igualmente inequívoca aos operários para a unidade internacional da sua luta de classes (cf. LENIN, 1977: 539).

É nessa compreensão das correlações de forças no plano interno, das suas diferentes contradições internas e das distintas temporalidades das formações sociais, é o fato de Lenin nunca ter encampado o idealismo de caráter metafísico da "revolução permanente" de Trotsky. Sua visão realista é incompatível com o idealismo trotskista, pois a revolução socialista não poderia ser concebida sincronicamente em distintas formações sociais, e sim teria de ter um ponto de partida para inspiração de outros processos revolucionários que estivessem ocorrendo no mesmo contexto. E mesmo que houvesse um fracasso noutros processos, a revolução que fosse vitoriosa não poderia recuar em sua experiência particular.

Isso fica nítido no escrito de Lenin no ano de 1915 "Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa" no qual afirma

> como palavra de ordem independente, a palavra de ordem dos Estados Unidos do mundo, todavia, dificilmente seria justa, em primeiro lugar porque ela se funde com o socialismo; em

> segundo lugar, porque poderia dar lugar à falsa interpretação da impossibilidade da vitória do socialismo num só país e das relações deste país com outros. A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente em poucos países ou mesmo num só país capitalista tomado por separado. O proletariado vitorioso deste país, depois de expropriar os capitalistas e de organizar a produção socialista no seu país, erguer-se-ia contra o resto do mundo capitalista, atraindo para o seu lado as classes oprimidas dos outros países, levantando neles a insurreição contra os capitalistas, empregando, em caso de necessidade, mesmo a força das armas contra as classes exploradoras e os seus Estados. A forma política da sociedade em que o proletariado é vitorioso, derrubando a burguesia, será a república democrática, que centraliza cada vez mais as forças do proletariado dessa nação ou dessas nações contra os Estados que ainda não passaram ao socialismo (LENIN, 1977: 571-572).

Vejamos na seção seguinte a influência de Lenin na construção do pensamento terceiro-mundista.

2) A INFLUÊNCIA DE LENIN NO PENSAMENTO TERCEIRO-MUNDISTA

O pós-Segunda Grande Guerra foi marcado por um conjunto de revoluções de libertação nacional travadas na Ásia, África e na América, e que teve como marco inicial a Revolução chinesa de 1949, e seguida por outras que se constituíram na Coréia, Vietnã, Laos Cambodja, Argélia, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau/Cabo Verde, Cuba, além de diversas guerrilhas que empunhavam a bandeira de libertação nacional. É, nesse contexto, a emergência de lideranças daquilo que veio a ser chamado de "Terceiro Mundo" a exemplo de Mao Zedong, Nasser, Ho Chi Minh e Fidel Castro.

Essas sucessivas experiências inspiraram um conjunto de intelectuais que podemos denominar de "terceiro-mundistas", pois tinham como centro de refle-

xão a defesa das lutas de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo, e a defesa de um nacionalismo revolucionário (ou "consciência nacional") como o primeiro passo para a construção de uma sociedade socialista. O marxismo – em maior ou menos grau- servia como fonte de inspiração teórica desses autores, mas teria de ser pensado à luz das particularidades de cada formação social. Um tipo de socialismo particular que não seguisse mecanicamente o modelo soviético, e calcado em suas históricas particulares.

Nesse conjunto de intelectuais terceiro-mundistas se destacou no continente americano um grupo intelectual ligado ao peronismo revolucionário no qual se destacaram Hernandez Arrégui e John William Cooke. Juntamente com Rodolfo Puiggrós e Abelardo Ramos, formaram a corrente de pensamento argentino denominado de "socialismo nacional" que tinha como uma de suas fontes de inspiração a obra de Manuel Ugarte marcada pelo forte teor crítico ao imperialismo no início do século XX.

Juan José Hernandez Arrégui sem dúvida é uma das principais referências desse grupo de intelectuais nacionalistas de esquerda[2]. Nascido em 1913 formou-se em filosofia, e, por meio de seu mestre Rodolfo Mondolfo, aproximou-se da teoria marxista. No final dos anos 1940 se ligou ao movimento peronista e tornou-se uma das suas principais referências teóricas no campo da esquerda argentina. A sua intervenção teórica começou a se constituir no final da década de 1950 com a obra *Imperialismo e cultura* (1957), e seguida pelos livros *A formação da consciência nacional* (1960), *O que é ser nacional?* (1963), *Nacionalismo e libertação* (1969) e *Peronismo e socialismo* (1972).

Para Arrégui, a questão nacional não está dissociada da revolução socialista devido a seu caráter anticolonial e anti-imperialista. É sim o primeiro passo para uma ruptura sistêmica. E o nacionalismo não pode ser definido de uma forma reducionista como se fosse uma ideologia exclusiva dos setores conservadores, mas também uma ideologia da classe trabalhadora mobilizada pelo seu teor anticapitalista e anti-imperialista. Arrégui demarca uma forte crítica às organizações da esquerda tradicional argentina, notadamente o Partido Socialista e o Partido Comunista, pela rejeição destes à ideologia nacionalista e de sua adesão às bandeiras liberais que se opunham ao peronismo. Para Arrégui, o colonialismo e o imperialismo além de importarem suas ideologias da classe dominante também vinham nesse "pacote" o seu subproduto oriundo da classe trabalhadora

[2]Sobre a vida e obra de Arrégui veja Iñiguez ((2013).

europeia que não necessariamente explicava as particularidades das correlações de forças no interior da formação social argentina.

No prólogo do seu livro *O que é ser nacional?,* Arrégui em sua crítica à esquerda antinacionalista observa "refiro-me especialmente aos problemas da *inteligentsia* das classes médias colonizadas e da alienação cultural, teoria hegeliana-marxista de que se ouve falar com tanta frequência e presunção mas nunca foi aplicada corretamente a uma realidade colonial. Neste sentido, creio ter sido o primeiro a fazê-lo, no meu livro *Imperialismo y cultura*, com a originalidade de que os chamados 'marxistas' nada entenderam, e provando que o 'marxismo' na Argentina não é mais do que uma das formas dessa alienação cultural do colonizado (ARRÉGUI, 1971: 5-6)".

Diferentemente da posição crítica de Rosa Luxemburgo ao "ser nacional", em que eclipsaria as distintas e antagônicas classes sociais, Arrégui não exclui as contradições de classe no interior da nação. Como ele observa:

> na base do 'ser nacional' encontram-se, portanto, as classes sociais e, dado que a atividade do homem em comunidade é um processo, sedimentado nas tempestades da vida coletiva, o 'ser nacional' manifesta sua diversidade na luta política de uma nação, pois a política é a atividade prática do homem histórico, do homem vivo, através das classes sociais antagônicas entre si. (...) O 'ser nacional', em última instância, pugna por sedimentar-se sobre as oposições das classes sociais que lutam pelo poder político. Em síntese, o 'ser nacional' não é uno, mas múltiplo (ARRÉGUI, 1971: 12).

A questão nacional, portanto, ainda que exerça a sua materialidade no campo interno de uma formação social especifica, ela faz parte de um conjunto de lutas nacionais no plano internacional. Arrégui frisa essa questão na seguinte passagem:

> a divisão do globo em países colonizadores e colonizados faz com que a questão colonial seja uma em sua generalidade, ainda que diversa em suas singularidades nacionais. Dito de outra maneira, a luta anticolonialista é mundial em relação ao sentido último da História Universal, mesmo que em termos imediatos

> se apresente sempre como luta nacional. Mas se a exploração dos países coloniais, devido à internacionalização da economia, carece de intercâmbio, a questão nacional é, ao mesmo tempo, parte indivisa da situação mundial (ARRÉGUI, 1971: 13-14).

Arrégui observa que a ideologia nacionalista mudou no decorrer do tempo. Enquanto no século XIX o nacionalismo moderno fazia parte do projeto burguês (cf. ARRÉGUI, 2004b: p. 56), no século XX emergiu um nacionalismo de base popular e de caráter revolucionário expresso nos movimentos de libertação nacional. É, segundo Arrégui, "um nacionalismo que se expressa na vontade emancipadora das grandes massas populares (ARRÉGUI, 2004b: 13)". E é em Lenin que Arrégui busca fundamentar a sua defesa do nacionalismo revolucionário como demonstra nessa passagem: "Lenin considerava inevitável a etapa nacional revolucionária em tais países dependentes, já que o internacionalismo socialista era para ele o fim, mas não o meio para alcança-lo (ARRÉGUI, 2004b: 48)".

É importante ressaltar que, para Arrégui, o colonialismo não se restringe pelos aspectos econômicos, mas também cultural. Há, assim, uma reprodução de uma superioridade cultural e civilizacional por parte das formações sociais hegemônicas sobre as formações sociais dependentes, sejam colonizadas ou semicolonizadas. Por isso, se faz necessária a formação de uma "consciência nacional" nos povos periféricos e explorados pelas metrópoles: "a luta política é simultaneamente, luta cultural contra a dominação estrangeira. Em suma, luta cultural é pregação e atividade pela libertação argentina e ibero-americana da opressão imperialista (ARRÉGUI, 1973: 27)".

Há sempre uma ênfase de Arrégui em seus textos de associar as lutas de libertação nacional com o internacionalismo da classe trabalhadora. Ser nacionalista revolucionário é também fazer parte de uma cadeia de lutas travadas fora do solo nacional. Segundo Arrégui "um movimento nacional, num país oprimido, sempre adota uma bandeira nacionalista contra outro nacionalismo opressor. Tais nacionalismos libertadores tendem a debilitar o sistema mundial mesmo do capitalismo (ARRÉGUI, 2004a: 94-95)".

Para Arrégui, é Lenin dentre os clássicos do pensamento marxista quem mais compreendeu o sentido das lutas de libertação nacional das formações sociais periféricas, inclusive pelo fato de ter entendido e analisado o fenômeno do imperialismo. Isso fica bem claro nessa passagem "Nisto consiste o internacionalismo de Lenin, que não exclui nem o patriotismo nem as lutas pela liberta-

ção nacional. Assim, por exemplo, a luta 'particular' dos argentinos não pode se separar da luta 'geral' da América Latina e a 'particular' da América Latina, da 'geral' de todos os povos coloniais do mundo (ARRÉGUI: 2004a: 97)".

E ainda sobre o imperialismo, Arrégui observa que esse estágio do capitalismo "reúne os povos coloniais num mesmo consentimento: a libertação. Em tal ordem, o imperialismo torna internacional a insurreição dos oprimidos, e o colonialismo deve ser entendido como o fenômeno mais revolucionário de nosso século (ARRÉGUI, 1973: 25)".

Ao lado de Arrégui, John William Cooke foi um dos mais representativos quadros intelectuais do peronismo de esquerda. Se Arrégui defendia a questão nacional e as lutas de libertação nacional do Terceiro Mundo com fundamentos filosóficos, os textos de Cooke são visceralmente marcados pela intervenção política[3]. E, além do confronto com liberalismo argentino e as correntes marxistas adversas à questão nacional, Cooke insere um novo sujeito nessa linha de demarcação em relação às adversidades, ao incluir a direita peronista representada pela burocracia sindical. Ou seja, Cooke também mira nas suas críticas aquilo que ele define como falso peronismo, haja vista que para Cooke o peronismo representaria na Argentina a luta de libertação nacional semelhante aos movimentos revolucionários cosntituídos no Terceiro Mundo. E, diferentemente de Arrégui, Cooke insere no seu discurso a defesa da violência política como meio de libertação nacional. Essa intervenção de Cooke em defesa do nacionalismo popular revolucionário, e da ação armada, será fundamental na construção das organizações revolucionárias peronistas durante a ditadura de Ongania no final dos anos 1960 a exemplo das FAP (Forças Armadas Peronistas) e dos Montoneros. Ao contrário de Arrégui, Cooke não escreveu a sua defesa do nacionalismo popular revolucionário de forma sistemática em livros, mas sim em artigos compilados e em dois textos dirigidos à base da esquerda peronista: "Informe a las bases" (conhecido também pelo título "Peronismo y revolución"), "La lucha por la liberación nacional"(que reúne suas palestras sobre essa temática) e, por fim, "Apuntes para la militância". Esses três textos estão reunidos no volume intitulado *Peronismo y revolución*.

Sendo o imperialismo a contradição principal para Cooke no continente latino-americano, a única resposta viável para Cooke é o nacionalismo revolucionário que representa os interesses da classe trabalhadora, e no caso específico da Argentina, o peronismo. Numa entrevista dada em Havana no ano de 1961,

3 Sobre John William Cooke, veja Mazzeo (2005), Goldar (2004) e Motta (2021).

Cooke deixa bem clara essa posição: "O único nacionalismo autêntico é o que busca nos liberarmos da servidão real [o imperialismo]: e este é o nacionalismo da classe operária e dos demais setores populares, e por isso a libertação da pátria e a revolução social são a mesma coisa, da mesma maneira que a semi-colônia e a oligarquia são também a mesma coisa (COOKE, 2009: 83)".

A consciência nacional não é antitética à consciência de classe ao ver de Cooke. Como ele afirma em seu discurso em Havana no ano de 1962 com o título "A consciência nacional é também consciência histórica": "a consciência latino-americana é consciência nacional, sem divisão possível, consciência de classe (COOKE, 2009: 115)". Por isso Cooke afirma que o nacionalismo só é possível como uma política consequente. Essa posição de Cooke fica bem expressa nessa passagem em "Informe a las bases": "No momento em que sofremos a mais aberta, total e onipresente dominação imperialista de nossa história, só pode se considerar 'nacionalista' numa política que lute contra o imperialismo (COOKE, 2011: 58)".

Distintamente da visão reducionista sobre as classes sociais na qual a questão nacional diluiria as contradições de classes, no entendimento tanto de Cooke como Arrégui, a luta nacional antiimperialista seria um catalizador dessas diversas contradições em oposição ao imperialismo e ao colonialismo. O nacionalismo não se reduz à uma classes social, mas a construção de um projeto nacional é quem dá o tom de acordo com os atores políticos e sociais envolvidos. Portanto, o nacionalismo da classe trabalhadora ao representar os setores oprimidos se opõe ao nacionalismo burguês/oligárquico. Em "Apuntes para la militância" Cooke demarca essa posição da luta nacional com a luta de classes": "Exploração e dominação colonial" significa dizer que a luta de classes no seio da nossa sociedade e a soberania político-econômica do país são partes de um mesmo processo indivisível, tanto ontem como hoje é que não se pode falar de libertação nacional se não se compreende como se dá a luta de classes num momento determinado (COOKE, 2011: 266).

Convergente com os autores do "socialismo nacional" argentino em relação à questão nacional, e da formação de uma "consciência nacional", é o pensador martinicano Frantz Fanon especialmente na sua obra derradeira *Os condenados da terra*[4]. Fanon embora não tenha criado a noção de "Terceiro Mundo", cunhado por Alfred Sauvy em 1953, foi sem dúvida o pensador que mais sistematizou o seu significado tanto do ponto de vista externo diante à guerra fria que

4 Sobre a vida e obra de Frantz Fanon veja Cherki (2022).

vinha sendo travada entre os EUA e a URSS, como internamente ao tratar das lutas de libertação nacional e da formação da consciência nacional.

Nessa obra, Fanon aponta a prática da violência política como meio de ruptura e de libertação nas lutas anticoloniais já que as alternativas pacíficas que foram tentadas na Argélia no pós-II Gyerra se mostraram infrutíferas diante a resistência francesa. A violência política torna-se uma práxis transformadora, na medida em que o colonizada ao recorré-la também sofre uma tranformação, já que constitui a formação de uma nova consciência nacional.

Contudo, necessário dizer que a consciência nacional em Fanon não se confunde mera e simplesmente com o nacionalismo. A crítica de Fanon aos vacilos e limites da burguesia nacional do continente africano é exposta nos capítulos 2 e 3 dessa obra. Para Fanon, as massas revolucionárias são, sobretudo, constituídas pelo campesinato e pelo lumpesinato, o que o aproxima das teses de Mao Zedong, ainda que o revolucionário chinês reconheça a importância da burguesia nacional anti-imperialista no processo revolucionário chinês. Como ele observa sobre os partidos nacionalistas: "exploram essa chance, mas não tentam organizar a insurreição. Não enviam quadros para os campos, para politizar as massas, esclarecer as consciências, elevar o nível de combate (FANON, 2006: 140-141)". Mais adiante, ele afirma "a insurreição partindo dos campos, vai penetrar nas cidades pela fração do campesinato bloqueada na periferia urbana, que ainda não pôde encontrar uma migalha para comer no sistema colonial. (...) É nessa massa, é nesse povo das favelas, no seio do lumpen-proletariado que a insurreição vai encontrar a sua ponta de lança urbana. O lumpen-proletariado constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias de um povo colonizado (FANON, 2006: 133)". Para Fanon, a nação é constituída pelo poder das armas pois como ele afirma "cada colonizado em armas é um fragmento da nação agora viva (FANON, 2006: 156)".

Assim sendo, a construção de um projeto nacional não significa, no dizer de Fanon, a amortização dos conflitos sociais. Ao contrário disso, seria a formação de uma nova consciência marcada pelo anticolonialismo e pelo anti-imperialismo. Isso fica bem claro nessa passagem: "o surgimento da nação faz avançar a consciência. A unidade nacional é primeiro a unidade do grupo, o desaparecimento das velhas disputas e a liquidação definitiva das reticências. Ao mesmo tampo, a purificação englobará os poucos autócnes que, por suas atividades, por sua cumplicidade com o ocupante, desonram o país. Em contrapartida, os traidores e os vendidos serão julgados e punidos. O povo, nessa marcha contínua

que empreendeu, legisla, descobre-se e quer ser soberano (FANON, 2006: 157). Portanto, para Fanon, a insurreição armada fortalece a formação da consciência revolucionária.

A consciência nacional não se limita apenas à construção da nação pois é necessário ao ver de Fanon que haja um programa político transformador. Segundo Fanon

> o nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa. Se quisermos verdadeiramente evitar ao país esses retrocessos, essas paradas, essas falhas, é preciso passar, rapidamente, da consciência nacional para a consciência política e social. (...) Como vemos, um programa é necessário a um governo que queira verdadeiramente libertar política e socialmente o povo. Programa econômico mas também doutrina sobre a repartição de riquezas e sobre as relações sociais (FANON, 2006: 234-235).

Para Fanon, a consciência nacional ao invés de ter um efeito de insulamento, abria as portas para conexões externas naquele contexto em que as lutas de libertação nacional se faziam presentes nas formações sociais do Terceiro Mundo. Conforme Fanon afirma nessa passagem

> a consciência nacional, que não é o nacionalismo, é a única a nos dar dimensão internacional. (...) O nascimento da consciência nacional na África mantém com a consciência africana relações de estrita contemporaneidade. (...) Longe, pois, de afastar-se das outras nações, é a libertação nacional que torna a nação presente no palco da história. É no coração da consciência nacional que se eleva e se vivifica a consciência internacional (FANON, 2006: 282-283).

Outra referência importante dos movimentos de libertação nacional é a de Amilcar Cabral que liderou a independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde, e um dos fundadores do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) em 1959.

Distintamente de Arrégui, Cooke e Fanon, Cabral era militante de uma organização marxista alinhada às lutas de libertação nacional do Terceiro Mundo[5].

[5]Sobre a vida e obra de Amílcar Cabral veja Villen (2013).

Enquanto os três autores se filiaram a organizações de corte nacional popular, e críticos às organizações comunistas por não terem se alinhado ao programa de libertação nacional (no caso argelino, o Partido Comunista seguia as diretrizes do Partido Comunista Francês que ia de encontro às posições da Frente de Libertação Nacional da Argélia), o partido de Cabral se alinhava às organizações marxistas como o MPLA (Movimento Popular de Angola) e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) cujo maior vínculo internacional era com a extinta URSS.

Em seu livro *A arma da teoria*[6] Amícar Cabral demarca que a luta de libertação nacional está intrinsecamente ligada à luta de classes. A luta anticolonial é também uma luta anti-imperialista como também uma expressão da lutas de classes. É uma luta tanto econômica como cultural como ele deixa bem claro nessa passagem:

> o fundamento da libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer ovo, seja quais forem as fórmulas adotadas ao nível do direito internacional, de ter a sua própria história. O objetivo da libertação nacional é, portanto, a reconquista desse direito, usurpado pelo domínio imperialista, ou seja: a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais (CABRAL, 1980: 58-59).

A despeito das múltiplas contradições internas numa formação social, para Cabral a luta de classes é central no processo de libertação nacional como ele destaca nesse trecho:

> é certo que a multiplicidade de categorias sociais e étnicas cria uma certa complexidade na determinação do papel da cultura no movimento de libertação, mas é indispensável não perder de vista a importância decisiva do caráter de classe da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação, mesmo nos casos em que esta categoria está ou parece estar ainda embrionária (CABRAL, 1980: 60).

[6]A versão brasileira desse livro de Amílcar Cabral, publicado pela editora Codecri em 1980, foi uma compilação organizada por Carlos Comitini. A versão brasileira incorpora parte do livro original de Cabral.

O nacional, para Cabral, não expressa uma homogeneidade cultural, mas sim uma articulação das particularidades reunidas e organizadas para um projeto coletivo e comum. O movimento de libertação tem de preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, e realizar uma confluência desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma dimensão nacional. De acordo com Cabral "perante esta necessidade, a luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo como pela harmonização e desenvolvimento desses valores num quadro nacional (CABRAL, 1980: 63)".

Segundo Cabral, a multiplicidade de categorias sociais, em especial de etnias, torna mais complexa a definição do papel da cultura no movimento de libertação. Mas esta complexidade, segundo ele, não pode e nem deve diminuir a importância decisiva, no desenvolvimento desse movimento, do caráter de classe da cultura, mais presente nas categorias urbanas e nas sociedades rurais de estrutura vertical (Estado), mas que não deve deixar de ser tomada em consideração mesmo nos casos em que o fenômeno de classe surge ainda no estado embrionário. Como ele afirma "a experiência demonstra que, perante a necessidade de uma opção política exigida pela contestação do domínio estrangeiro, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seu interesses imediatos de classes acima dos interesses do grupo ou da sociedade, contra as aspirações das massas populares (CABRAL, 1980: 87)".

Conclusão

Como vimos no decorrer deste artigo, a intervenção de Lenin a respeito da questão da autodeterminação das nações ultrapassou o seu contexto e o continente europeu. A sua influência fica bem clara a partir da incorporação de sua análise tanto nos autores latino-americanos como Arrégui e Cooke, como também nas lideranças dos movimentos de libertação nacional africanas como Fanon e Cabral.

Esses autores terceiro mundistas incorporaram nas suas intervenções teóricas e politicas os dizeres de Lenin sobre a distinção entre o nacionalismo conservador e o nacionalismo revolucionário, das nações dominantes e das nações oprimidas, e que a luta de libertação nacional faz parte do conjunto das lutas dos setores subalternos e explorados em nível internacional, e a revolução de liberta-

ção nacional nas formações sociais do Terceiro Mundo tornaram-se a antessala para a transição socialista como visto na China, Coréia do Norte, Vietnã, Laos, Cuba, Argélia, Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, etc. E o projeto de libertação nacional como o primeiro passo em direção ao socialismo era expresso em diversas organizações revolucionárias que atuaram na luta armada nos anos 1960 a exemplo dos Tupamaros, ALN (Ação de Libertação Nacional), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), Montoneros, M-19 (Movimento 19 de Abril), etc.

A lição que Lenin nos deixou há mais de um século é perceber que a fragmentação da luta política pela trasformação social sempre resultou em derrota. O exemplo oposto à isso foi exatamente perceber que as lutas de caráter nacional em oposição ao imperialismo e ao colonialismo possuem um poder de mobilização ao convergir diversos setores num programa único que abranja essa diversidade de contradições internas em oposição ao bloco no poder aliado aos interesses hegemônicos do capital estrageiro. É ter percebido que os elos fracos da cadeia imperialista possuem uma multiplicidade de contradições e com a condensação destas e suas sobredeterminações tornaram-se o principal palco de conflitos políticos entre os setores conservadores e revolucionários durante a Guerra Fria. Por isso, e por outros aspectos referentes à contribuição de Lenin não tratados e analisados neste artigo, é que o legado de Lenin permanece presente.

ENVIADO em 18/05/2024
APROVADO em 30/06/2024

Bibliografia

ARRÉGUI, Juan José Hernandez. *O que é ser nacional*. São Paulo, Paz e Terra: 1971;

_____. *Peronismo y socialismo*. Buenos Aires: Corregidor:1973;

_____. *La formación de la conciencia nacional*. Buenos Aires: Continente, 2004a;

_____. *Nacionalismo y liberación*. Buenos Aires: Continente, 2004b;

CABRAL, Amílcar *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980;

CHERKI, Alice. *Frantz Fanon, um retrato*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022;

COOKE, John William *Artículos periodísticos, reportages, cartas y documentos, Obras Completas, Tomo III*. Buenos Aires: Colihue, 2009.

_____*Peronismo y revolución*, *Obras Completas, Tomo V*. Buenos Aires: Colihue, 2011.

FANON, Frantz *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006;

GOLDAR, Ernesto. *John William Cooke y el peronismo revolucionario*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2004.

IÑIGUEZ, Carlos Piñeiro. *Hernández Arregui: una interpretación marxista del peronismo*. Buenos Aires: Continente, 2013.

LENIN, Vladimir Ilich. "Sobre o direito das nações à autodeterminação" in *Obras escolhidas, vol. 1*. Lisboa: Avante/Progresso, 1977.

_____. "Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa" in *Obras escolhidas, vol. 1*. Lisboa: Avante/Progresso, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte, Oficina de livros: 1988;

MAZZEO, Miguel (org) *Pensar a John William Cooke*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2005;

MOTTA, Luiz Eduardo. "Nacionalismo, terceiro-mundismo e violência política: John William Cooke e a formação do peronismo revolucionário" in *Princípios n 162, vol. 40*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021. Disponível em https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/151

VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.